

O remédio que a oncologia ainda não prescreve como deveria



» GUSTAVO FERNANDES
Médico oncologista,
vice-presidente de oncologia
da Rede Américas

atuando também em pesquisa e na gestão da saúde. Nesse período, acostumei-me a ver a medicina produzir fármacos sofisticados e terapias-alvo cada vez mais personalizadas. Mas poucos estudos impactaram-me tanto quanto o recém-publicado na *New England Journal of Medicine*, sobre os efeitos da atividade física estruturada em pacientes com câncer.

O estudo acompanhou 889 pacientes com câncer de cólon, tratados com cirurgia e quimioterapia, divididos aleatoriamente em dois grupos: um recebeu apenas orientações gerais de saúde; o outro participou de um programa estruturado de exercícios supervisionados e suporte comportamental durante três anos.

O resultado é impressionante: a prática regular de atividade física reduziu em 28% o risco relativo de recidiva e morte. Em termos absolutos, isso significa que, para cada 14 pessoas acompanhadas com o programa de exercícios, uma morte ou recidiva foi evitada. A sobrevida global também foi maior: 90,3% no grupo de exercício, contra 83,2% no grupo controle após oito anos. Trata-se de um benefício comparável — ou até superior — ao de muitos medicamentos aprovados.

É difícil ignorar a magnitude desse efeito. Estamos falando de uma intervenção de baixo custo e alto impacto. Se estimarmos 60 sessões com educador físico ao longo de cinco anos, mesmo com valores acima da média (R\$ 200 por sessão), o investimento total por paciente seria de R\$ 12 mil — o equivalente a um único ciclo de quimioterapia no setor privado.

Ainda assim, raramente os programas de atividade física são incorporados de forma sistemática ao cuidado oncológico. É comum encontrarmos, nos serviços especializados, espaço garantido para nutricionistas, psicólogos e fisioterapeutas — todos essenciais, sem dúvida —, mas quase nunca para o profissional de educação física. Vale lembrar: até hoje, nenhuma dessas abordagens demonstrou, de forma tão robusta, impacto em sobrevida. Faço, aqui, meu mea culpa como médico: muitos dos tratamentos que prescrevemos oferecem benefícios menores.

É hora de reconsiderar nossas prioridades. Se uma intervenção melhora a sobrevida, é nossa obrigação — como médicos, gestores e formuladores de política pública — tratá-la com a mesma seriedade que damos a qualquer droga antineoplásica.

E se o exercício funciona como tratamento, é sabido que também funcione como prevenção. O que falta agora é extrapolar esses dados com estudos em outros tipos de câncer e populações e, principalmente, colocar tudo em prática.

Não basta saber que exercício faz bem. É preciso criar estrutura para que os pacientes tenham acesso a esse cuidado. Incorporar programas de suporte à atividade física na rotina da oncologia é investir em saúde com base em evidência. E, convenhamos: salvar vidas com uma caminhada talvez seja a forma mais bonita de fazer medicina.



Reino Unido: reformas que desafiam o constitucionalismo liberal



» BRUNO DANTAS
Ministro do Tribunal
de Contas da União,
professor da UERJ e da FGV

pública, o pacto democrático se empobrece. O controle judicial — mesmo em sistemas sem constituição codificada — representa uma âncora contra o arbítrio. Desde *Marbury v. Madison*, nos Estados Unidos, a revisão judicial das decisões políticas tem sido concebida como garantia de integridade constitucional. Holmes Jr. alertava que a Constituição não é um pacto suicida, mas tampouco pode ser reduzida a uma formalidade irrelevante diante do poder.

As propostas britânicas evocam a ideia de “zonas de não decidibilidade” — categorias de decisão pública que escapariam à jurisdição, à semelhança do conceito de “poder neutro” formulado por Carl Schmitt. Mas, como mostra a experiência histórica, nenhum espaço decisório é verdadeiramente neutro quando se trata de direitos fundamentais.

A crítica a esse modelo não é restrita à doutrina. Juristas, ex-membros da Suprema Corte, acadêmicos e entidades da sociedade civil têm reiterado o risco de comprometer a legitimidade democrática por vias legais.

Na tradição francesa, Michel Troper lembra que o direito não se impõe apenas por estar escrito, mas porque é interpretado e aplicado por instituições dotadas de autoridade. A Constituição, para existir em sentido efetivo, depende de uma jurisdição que a faça valer.

É essa jurisdição que transforma comandos em normas, textos em limites, vontade em legalidade. Sem ela, a Constituição é apenas promessa. Com ela, é compromisso.

A eliminação do Estado de Direito pode ocorrer por golpes. Mas sua erosão mais comum — e frequentemente mais difícil de detectar — dá-se por reformas legítimas, discursos técnicos e procedimentos formalmente regulares. Desloca-se das margens para o centro, banalizando exceções, normatizando restrições,

dissolvendo a resistência institucional.

O debate sobre reformas do sistema de Justiça é legítimo. O direito, como advertia Jellinek, é uma construção histórica e, portanto, sujeito a revisões. Mas reformar estruturas de garantia exige prudência institucional, escuta democrática e responsabilidade com a posteridade. Alterações mal calibradas podem comprometer não apenas a forma, mas a substância da democracia.

No caso britânico, a ausência de constituição escrita amplia os riscos. O sistema se sustenta em precedentes, convenções e uma cultura de autocontenção. Enfraquecer essas engrenagens, ainda que em nome da ordem, equivale a comprometer os fundamentos do pacto constitucional.

O Brasil, com sua Constituição de 1988 e cláusulas pétreas, dispõe de salvaguardas normativas mais explícitas. Ainda assim, não está imune à tentação de reformas que, sob o pretexto de combater o “ativismo” ou restaurar a autoridade, terminam por reduzir espaços de contestação e fiscalização.

Preservar o Estado de Direito não é uma tarefa passiva. Exige vigilância permanente, cultura jurídica sólida e compromisso com a razão pública. Como ensina J. J. Gomes Canotilho, a Constituição não é apenas um texto jurídico, mas um projeto normativo de civilização, cujo sentido se afirma na efetividade das garantias e na contenção do poder.

Norberto Bobbio, em *O futuro da democracia*, já advertia que as liberdades fundamentais e o poder democrático são mutuamente condicionados: é pouco provável que um Estado não liberal garanta uma democracia verdadeira — e improvável que uma democracia degradada consiga preservar as liberdades. Quando um cai, o outro não tarda a acompanhá-lo.

Visto, lido e ouvido



Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br

Quando os braços de Brasília abraçam as crianças

Durante anos, Brasília pareceu condenada a um silêncio estranho. Não o silêncio do repouso ou da contemplação, mas aquele tipo de vazio que denuncia a ausência do essencial: o som das crianças. Nas superquadras, nos eixos, nos becos arborizados que cortam o Plano Piloto como artérias modernas, era raro ouvir o riso agudo dos pequenos, a gritaria saudável das correrias sem destino. De 40 anos para cá, os parquinhos silenciaram. Os gramados, intocados; os bancos, envelhecidos na solidão. Brasília havia envelhecido junto com sua população, transformando-se em uma cidade projetada para o futuro, mas ancorada num presente sem sucessores.

Nesse contexto, o Setor Noroeste emerge como uma delicada subversão. Contra todas as previsões de que o Plano Piloto se tornaria, aos poucos, um museu habitado por aposentados e burocratas, esse bairro recém-nascido devolve à cidade aquilo que ela já não sabia mais reconhecer: a infância em estado natural.

Nas quadras do Noroeste, há um renascimento encantador. Parquinhos ocupados, brinquedos em disputa, gritos de alegria, brigas por turno no escorregador — os pequenos rituais da convivência infantil voltaram a existir. Até árvores são escaladas. E não se trata apenas de infraestrutura: trata-se de um clima urbano que, de algum modo, favorece o encontro, a vigilância comunitária, a normalização da presença das crianças nos espaços públicos.

Parece que um pedaço da cidade foi resgatado do passado. Em uma era de enclausuramento digital, de infância medicada, de vigilância obsessiva, ver crianças brincando ao ar livre tem algo de subversivo, quase revolucionário. O Noroeste, com seus canteiros largos, parquinhos temáticos e calçadas generosas, funciona como um laboratório do que Brasília foi e, com esforço, ainda pode voltar a ser: uma cidade construída para gente real, com vidas reais, e não apenas para carros, gabinetes e seguranças armados.

O contraste com a Brasília dos últimos anos é flagrante. Houve um tempo recente em que os espaços públicos do Plano Piloto pareciam moldados exclusivamente para adultos apressados e vigilantes privados. Nas quadras tradicionais, os apartamentos familiares abrigavam casais sem filhos, ou então famílias com filhos invisíveis, confinados em telas e reforçados por grades. Os pilotos haviam deixado de ser espaço de convívio e descoberta, tornando-se território de risco e suspeito. A infância foi sendo empurrada para dentro de casa ou do apartamento, para o artificial, para o monitorado. E nesse processo, a cidade perdeu parte de sua alma.

Enquanto alguns cantos de Brasília parecem redescobrir o valor da infância vivida ao ar livre, a Asa Norte segue, em certos aspectos, na contramão desse resgate afetivo. Debaixo de muitos blocos, onde outrora o som das brincadeiras infantis era sinal de vitalidade urbana, surgem pedidos para que se fechem os parquinhos — agora vistos como fonte de incômodo. Há prédios na cidade que recebem cachorros, mas torcem o nariz para as crianças. O riso virou ruído, o grito de alegria passou a ser tratado como poluição sonora. São vizinhos que, em nome de uma paz acústica particular, pedem o silenciamento da infância alheia, como se o espaço público devesse submeter-se à lógica dos condomínios herméticos. O paradoxo é gritante: a cidade que um dia foi planejada para acolher famílias em comunhão, vê-se hoje pressionada por uma sensibilidade individualista, que tolera menos a presença de crianças do que de cães ou motos.

Mas nem sempre foi assim. Nos primeiros anos de Brasília, as crianças eram onipresentes — sujas de terra vermelha nos joelhos, cabeças descabeladas correndo entre os pilotos, subindo em árvores, organizando campeonatos improvisados nos becos entre as quadras.

Bete (com taco e bola), finca, pique esconde, pique bandeira, carniça, bicicleta, patins. Havia liberdade, sim, mas também havia uma confiança social no espaço urbano como extensão da casa. Os adultos sabiam que a cidade, naquele momento inaugural, pertencia também aos pequenos. Havia menos medo, menos grades, menos blindagem — e mais urbanidade. Na Brasília dos anos 1960 e 70, a infância transbordava naturalmente para as ruas, livre e despreocupada, entre as ainda pequenas e recém-plantadas árvores. Era uma época em que a família ainda era a célula estruturante da vida social, e a cidade parecia ter sido projetada para sustentar isso — não para isolar ou confinar. A arquitetura, embora ousada e futurista, abria espaço para o afeto, para a supervisão sem aprisionamento, para a liberdade sem perigo. Brasília não era apenas um lugar para se viver; era um lugar para crescer. A presença de crianças não era um luxo ou uma raridade, mas uma extensão natural de uma cultura que compreendia a importância da família não como slogan, mas como o coração vivo e cotidiano da sociedade.

O Noroeste, ao reencenar esse espírito de infância, reanima também uma memória coletiva adormecida. E, embora ainda seja um bairro marcado pela desigualdade no acesso — restrito a quem pode pagar os altos preços da especulação imobiliária —, oferece à cidade uma provocação: é possível desenhar espaços urbanos em que as crianças existam. Não como adereços, mas como protagonistas da paisagem. Porque uma cidade que comporta a infância é, por definição, uma cidade mais humana, mais feliz, mais viva.

Talvez o som das crianças seja o verdadeiro termômetro de uma cidade que dá certo. E nesse sentido, o Setor Noroeste não é apenas um bairro — é uma esperança concreta de que Brasília, enfim, possa voltar a crescer. Não em altura, mas em vida.

» A frase que foi pronunciada

“Era tão fácil sorrir!”

Dona Dita lembrando da infância quando a cidade nascia.

» História de Brasília

Os TCB extinguiram o ônibus que fazia a ligação da Asa Norte com a CASEB. O resultado é este: os alunos ficaram sujeitos aos transportes comuns que nunca trafegam no horário. (Publicada em 5/5/1962)